

# REVISTA MARACANAN

## Artigos

### O ideal do “Eu branco” e as memórias germinadas no quilombo de São José da Serra: uma análise da memória nacional e a constituição psíquica da pessoa negra

*The Ideal of the white Self and the memories germinated in the quilombo of São José da Serra: na analysis of national memory and the psychic constitution of the black person*

**Marcela de Souza Rocha\***

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Francisco Ramos de Farias\*\***

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil


**Recebido em:** 23 nov. 2021.


**Aprovado em:** 22 fev. 2022.




---

\* Mestranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Psicologia pela Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora. E-mail: marcela.rocha@edu.unirio.br

 <http://orcid.org/0000-0002-1740-2298>

 <http://lattes.cnpq.br/8896088450222307>

\*\* Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Educação, Departamento de Fundamentos da Educação. Doutor e Mestre em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas; graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: francisco.farias@unirio.br

 <http://orcid.org/0000-0002-2966-077X>

 <http://lattes.cnpq.br/7128597444325843>

## Resumo

O presente artigo analisa as produções de uma memória nacional, suas implicações históricas e contribuições para a constituição psíquica de um Ideal do Eu branco na pessoa negra. Para compor esse estudo, foram analisadas as narrativas de Chimamanda Adichie, escritora nigeriana e Antônio Nascimento Fernandes, membro da comunidade do Quilombo São José da Serra (RJ). Através de uma perspectiva de um passado vivo que fecunda o presente, questionamos a afirmação de Walter Benjamin, sobre a vitória constante de um inimigo. Conclui-se que resistências negras sempre estiveram presentes no campo social e político, sendo suas memórias germinadas no presente e futuro, o que impossibilita o decreto determinista de um vencedor.

**Palavras-chave:** Memória Nacional. Ideal do Eu. Comunidades Quilombolas.

## Abstract

This article analyzes the production of a national memory, its historical implications, and contributions to the psychic White Ego Ideal in black people. To compose this study, the narratives of Chimamanda Adichie, nigerian writer and Antônio Nascimento Fernandes, member of the community of Quilombo São José da Serra (Rio de Janeiro, Brazil), were analyzed. Through a perspective of a living past that fertilizes the present, we question Walter Benjamin's statement about the constant victory of an enemy. We conclude that black resistances have always been present in the social and political field, with their memories being germinated in the present and future, which makes the deterministic decree of a winner impossible.

**Keywords:** National Memory. Ideal of the Self. Quilombola Communities.

## Introdução

Faz parte da prática de qualquer país, o empenho em construir uma história oficial “positiva” que diga de suas grandezas enquanto nação. Para tal, o governo investe na construção de uma memória nacional na tentativa de produzir alguma homogeneidade enquanto povo. Intencionalmente, esse movimento coloca às margens outras histórias desse mesmo enredo, provocando uma ruptura com outros personagens e consequentemente afirmando a brancura como norma estruturante. Esta ação é descrita como a história dos vencedores. Ou seja, prevalece uma perspectiva histórica que é a do vencedor. E, concordamos com Benjamin (2012), ao afirmar que os detentores do poder são os herdeiros daqueles que antigamente o ocupavam. Entretanto, quando o autor diz: “nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer” (*Ibidem*, p. 12), buscamos investigar se essa afirmação permanece intacta e como algumas dessas produções de memória contribuem para o sentimento de pertencimento e identidade da população preta, incidindo na constituição psíquica dessas pessoas.

Para a elaboração deste estudo, analisamos duas narrativas: a de Chimamanda Adichie, em sua fala no TEDtalks sobre “O perigo de uma única história” e do quilombola Antônio Nascimento Fernandes, do Quilombo de São José da Serra (RJ), que se encontra no laboratório de história oral da Universidade Federal Fluminense.<sup>1</sup> Através dessas falas, buscamos interligar os conceitos teóricos com a realidade. Como base epistemológica para articulação da relação entre memória, história e identidade, recorreremos à Pierre Nora (1993) e Michael Pollak (1992); no que tange a constituição psíquica da população preta, os estudos de Sigmund Freud (2010 [1914]; 2010 [1932-1936]) e Neusa Santos Souza (1983) foram extremamente necessários. Porém, como toda alienação é passível de separação, valemo-nos de “O narrador” e “Experiência e Pobreza”, de Walter Benjamin (1987; 2012), para hipotetizar caminhos outros.

## Memória, história e identidade

Primeiro é preciso entender melhor o que é história dos vencedores, mencionada acima. Em “O perigo de uma única história” (ADICHIE, jul. 2009), a escritora nigeriana relata sua infância, adolescência e vida adulta, permeadas por percepções cristalizadas sobre determinados grupos sociais. Durante sua vida acadêmica, diversas vezes era enxergada pelas lentes de uma Nigéria composta por uma única cultura, costume e situação econômica. A situação foi ao ponto de um de seus professores norte-americanos, ao ler o romance que tinha

---

<sup>1</sup> Trata-se de fontes audiovisuais, respectivamente: ADICHIE (jul. 2009) e FERNANDES (2003).

escrito, fazer uma devolutiva alegando que a história não era nigeriana o bastante. O motivo se deu porque ela retratou em seu romance a Nigéria que, como nigeriana, conhecia: rica, fértil, linda e cheia de vida. É interessante pensar o que faz uma pessoa que não pertence a determinado lugar, falar para outra do qual pertence, que aquela história não está de acordo. Provavelmente o professor estava limitado a uma única visão da Nigéria: o lado da pobreza e escassez.

A Nigéria, como qualquer outro país, é múltipla e heterogênea. Porém, as histórias contadas sobre esse local são, em sua maioria, de uma única perspectiva, fator que provavelmente induziu o professor de Chimamanda, por exemplo, não reconhecer outra narrativa que não fosse de pobreza sobre esse local. Ou seja, a história tem relação com o poder. Quantas vezes são contadas, onde são contados e por quem são contadas, produzem “verdades” cristalizadas que formam percepções e, conseqüentemente, modos de ser no mundo. Logo, os processos de subjetivação têm uma relação intrínseca com a historicidade, produção de discurso e sentido.

Ao contrário da memória, que é viva e espontânea, a história é uma reconstrução problemática do que não existe mais. Para ser contada, escolhas são feitas e temporalidades consideradas. Portanto, ela é uma representação do passado, mas não representação de um todo. O que acontece é que por se tratar de um trabalho intelectual e ter relação com discurso crítico, “pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal” (NORA, 1993, p. 21). A esse ponto, já sabemos que não há universalidade, só a pretensão de o ser.

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. (FOUCAULT, 2014, p. 41).

Essa historicidade é sustentada por todo um sistema de livros, edições e bibliotecas que, mediante suporte institucional, produz saberes e discursos. Portanto, ao pensarmos a história do Brasil, por exemplo, é preciso buscar todos os eventos propositalmente ocultos e suas memórias subterrâneas. Um exemplo interessante é à abolição da escravatura no Ceará. Por certo, na educação do ensino básico, você aprendeu que a pessoa responsável pela abolição dos escravos no Brasil, foi a heroica princesa Isabel. Duvidamos, entretanto, que conste na história “oficial” a revolta dos jangadeiros no Ceará, liderada por José Luis Napoleão e Francisco José do Nascimento – este último popularmente conhecido como Dragão do Mar – que culminou na abolição da escravatura no estado do Ceará em 25 de março de 1884 (SANTOS, 2020).

Usaremos esse exemplo para retomar o relato de Chimamanda Adichie (jul. 2009). A história da abolição, em 13 de maio de 1888, poderia ser considerada como única, pois é propagada como tal, principalmente no âmbito educacional. A escolha de dar luz a essa temporalidade e evento foi intencional e compactua com os objetivos de construção de uma história oficial do Brasil. Essa história contada diversas vezes, em vários lugares, durante

anos, promove uma “verdade” que produz subjetividades cujo herói é o colonizador branco. É disso que se trata uma história pela perspectiva do vencedor.

Leandro Vieira, figurinista e carnavalesco da Mangueira, no carnaval de 2019, escreveu na página da escola de samba, a respeito do enredo “História para ninar gente grande”:

Sem saber quem somos, vamos a “toque de gado” esperando “alguém pra fazer a história no nosso lugar”, quiçá uma “princesa”, como a ISABEL, a redentora, que levou a “glória” de colocar fim ao mais tardio término de escravidão das Américas. Nunca esperamos ser salvos pelos tipos populares que não foram para os livros. Se “heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referências, fulcros de identificação” a construção de uma narrativa histórica elitista e eurocêntrica jamais concederia a líderes populares negros uma participação definitiva na abolição oficial. Bem mais “exemplar” a princesa conceder a liberdade do que incluir nos livros escolares o nome de uma “realeza” na qual ZUMBI, DANDARA, LUIZA MAHIN, MARIA FELIPA assumissem seu real papel na história da liberdade no Brasil. (VIEIRA, 2019).

É do conhecimento de alguns que no pós-abolição ocorreu uma preocupação muito grande com a imagem “positiva” de um Brasil, o controle dos libertos e produção de um nexos social capaz de docilizar corpos negros. A tese do embranquecimento da população em três gerações foi aceita, e as políticas imigrantistas intensificadas. No mesmo período, o discurso da democracia racial era exaltado e a miscigenação incentivada. A seleção de eventos, heróis e grandes acontecimentos faz parte desse trabalho de memória nacional. Nos estudos sobre a construção de uma memória nacional, existe o conceito de “trabalho de enquadramento da memória” (POLLAK, 1992), que consiste no historiador enquadrar determinados eventos nos enredos históricos. Então fica o questionamento: “podemos perguntar se a função do historiador não terá consistido, até certo ponto, nesse trabalho de enquadramento visando à formação de uma história nacional” (*Ibidem*, p. 6).

Outro ponto interessante é a relação da memória com o sentimento de identidade. Um dos elementos para a construção da identidade é o sentimento de continuidade de uma pessoa ou grupo. Com o racismo científico, exclusão social e todos os significantes negativos recaídos sobre a população preta, a imagem que algumas pessoas acabaram por fazer de si, não foram saudáveis. De forma que o discurso da democracia racial e da miscigenação acabaram sendo assimilados por algumas pessoas e essa memória nacional, encarnada como sua continuidade. Não podemos negar a violência da exclusão no pós-abolição, assim como a luta por sobrevivência e ascensão social dos ex-escravos. A ideologia do branqueamento dizia que em três gerações, seus descendentes negros poderiam embranquecer e ser branco era sinônimo de riqueza, beleza e inteligência. Portanto, “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade” (*Ibidem*, p. 5).

Cabe aqui o relato da historiadora Beatriz Nascimento (2021) em seu artigo intitulado “Nossa democracia racial” – publicado originalmente na revista *IstoÉ*, em novembro de 1977, e selecionado para compor, junto com demais artigos e ensaios de sua autoria, o livro *Uma história feita por mãos negras*. A narrativa começa na rememoração de certa vez estar em

Salvador conversando com o jovem negro de pele retinta, quando este lhe afirmou, com toda certeza, de que a Bahia era o lugar mais tolerável racialmente do mundo. No decorrer da conversa, o jovem demonstra-se favorável a ideologia do branqueamento.

Mostrou-me os dois filhos pequenos, ambos mulatos, mas com diferenças de tonalidade de pele, e disse: 'Está vendo? Este aqui saiu quase como eu (referindo-se ao menino mais escuro), mas este já saiu melhor; quase louro' Dizendo isso, enquanto eu e o primeiro menino olhávamos atônitos para ele, concluiu: "Desse jeito o negro vai desaparecendo e não teremos conflito racial como nos Estados Unidos". (NASCIMENTO, 2021, p. 62).

Em que ponto deturpado da história chegamos para que o jovem negro, relatado por Beatriz Nascimento (2021), concordasse com o desaparecimento dos negros, incluindo ele próprio? E seus filhos, será que irão compartilhar do mesmo sentimento de identidade? Não podemos acreditar, obviamente, que somente a propagação da história pelo viés do vencedor será suficiente para culminar em tal deturpação. É preciso compreender um conjunto de fatores que vão determinar esse comportamento e sua transmissão. Podemos pensar nas experiências vivenciadas, a comunicação da mídia, educação institucional, exclusão social e, principalmente, o que é transmitido de uma geração para outra. Os elementos constitutivos da memória são os acontecimentos vivenciados pessoalmente e os vivenciados por tabela (POLLAK, 1992). A esse último, o autor pontua a possibilidade dessa vivência transcender o espaço-tempo no qual a pessoa ou grupo se encontram. Portanto, por meio da socialização política ou histórica, pode ocorrer uma identificação com o passado. Esse fenômeno é pensando pelo autor como uma memória quase que herdada.

## **Transgeracionalidade psíquica e Ideal do Eu branco**

A psicanálise explica com coerência o fenômeno de uma memória herdada. Um dos textos mais importantes quando falamos sobre transgeracionalidade psíquica é *Introdução ao Narcisismo*, escrito por Freud (2010a) em 1914. Nele, encontramos explicações sobre algo que é transmitido entre gerações, dada pelo narcisismo dos pais e renascido nos filhos. Portanto, os sonhos e desejos insatisfeitos dos pais são passados para à geração futura, na esperança de que esta os realize. Esse movimento é realizado inconscientemente e de maneira estruturante no narcisismo da criança.

A teoria se faz verdade quando analisamos os estudos sobre mestiçagem no Brasil (Cf.: MUNANGA, 2019). As relações que foram estruturadas no Brasil escravagista e pós-abolição, confirmam que negros de pele mais clara com traços do colonizador mais acentuados, recebiam um tratamento "melhor" do que os de pele mais escura. Durante a escravidão, essa divisão podia ser evidenciada na escolha dos escravos domésticos e do campo, por exemplo; no pós-abolição, com supostas oportunidades de ascensão social mais promissoras para aqueles considerados pardos. Esses eventos culminaram em uma falsa percepção de que ao miscigenar, seus descendentes poderiam alcançar níveis sociais jamais alcançados pela

geração antecessora. O processo é conceituado de *passing-social* (*Ibidem*, p. 84). Ou seja, a crença de que ao embranquecerem seus descendentes, poderiam deixar as margens e “adentrar” na sociedade. Ora, não é justamente isso que Sigmund Freud (*Passim*) afirma? A transmissão de sonhos e desejos não realizados para à geração futura.

O termo narcisismo deriva de um mito grego em torno de um rapaz chamado Narciso que, ao encarar sua própria imagem refletida no rio, se apaixona e é tragado para às profundezas do lago, ocasionando seu óbito<sup>2</sup>. Na psicanálise, a palavra carrega o sentido de experiência fundadora do Eu, instância que pode ser encarada como uma imagem que criamos de nós e apresentamos para o mundo, ou seja, aquela que tem acesso à superfície. Pois bem, quando nasce um bebê esse ser vivo ainda não possui o Eu estruturado, sendo as primeiras experiências de prazer e desprazer aquelas que ficarão inscritas no aparelho psíquico desse pequeno humano. É nessa relação de cuidado que os primeiros investimentos parentais vão estruturar o Eu Ideal, instância que remete àquilo que gostaríamos de ter sido no lugar do desejo dos nossos pais e a idealização de completude do desejo do Outro (FREUD, 2010a [1914]). Logo, existe, nesse primeiro momento, a expectativa imaginada da realização desses investimentos.

Em outro momento, o ser humano se vê incapaz de abdicar dessa satisfação primária e por essa razão, lança para um futuro a possibilidade de reavê-la através de um Ideal do Eu, instância que simbolicamente substitui o Eu Ideal, portanto, herdeiro do narcisismo primário. O Ideal do Eu diz ao ser humano o que e como ele deve ser para desejar no mundo. No decorrer da formação psíquica da pessoa negra, ela se depara com uma ordem social em que, quem é bonito, rico, bom, bem-sucedido e herói, é a pessoa branca (COSTA, 2021, p. 122-137). Não importa o quão perversa essa pessoa possa ser, não está em jogo o ser em si, mas a brancura. O Ideal do Eu da pessoa negra é forjado mediante imposição cruel de uma norma-estruturante branca, que é incompatível com seu corpo e realidade, haja vista que toda mediação linguística entre o ser e cultura vão apontar o que é permitido para garantir sua sobrevivência e valor enquanto humano.

O Ideal do Eu é um produto da decantação destas experiências. Produto formado a partir de imagens e palavras, representações e afetos que circulam incessantemente entre a criança e o adulto, entre o sujeito e a cultura. Sua função, no caso ideal, é a de favorecer o surgimento de uma identidade do sujeito, compatível com o investimento erótico de seu corpo e de seu pensamento, via indispensável a sua relação harmoniosa com os outros e com o mundo. (*Ibidem*, p. 125).

Uma das obras mais importantes da psicanálise sobre o Ideal do Eu e as questões raciais, chama-se *Tornar-se Negro*, da psicanalista Neusa Santos Souza (1983). Encontra-se nesse estudo o conceito de Ideal do Eu branco, a partir do qual a pessoa negra “nasce e sobrevive imersa numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e

---

<sup>2</sup> Existem três versões do mito de Narciso. A mencionada no corpo do texto é a do poeta Ovídio, em seu livro *Metamorfoses*. Para informações sobre as demais versões, sugerimos o artigo escrito por Farias (2007).

que endossa a luta para realizar esse modelo” (*Ibidem*, p. 34). Nessa relação psíquica entre o Eu e o Ideal do Eu, encontramos outra instância igualmente importante: o Supereu, instância psíquica responsável pela transmissão da tradição e dos valores, “representante de todo limite moral, advogado do anseio por perfeição”, irá impor ao Eu a impossível tarefa de realização do Ideal do Eu (FREUD, 2010b [1932-1936], p. 138).

Se o Ideal do Eu de pais e mães negras é branco, o que será transmitido para seus descendentes será a brancura, pois a pessoa é educada pelo Supereu das figuras parentais e não pelo Eu deles (SOUZA, 1983, p. 34). Mediante este raciocínio, é possível pensar em uma transmissão ancestral entre Supereu do pai, mãe, avós, bisavós etc. No que tange essa transmissão, evocamos as análises presentes no livro *Tornar-se Negro*, em que as pessoas relataram os discursos que cresceram escutando de seus pais e avós. Falas como: “você precisa clarear a família” ou “casar com branco para purificar o útero”, exemplifica uma constituição psíquica da pessoa negra, pautada na brancura (SOUZA, 1983, p. 28; 36).

## O inimigo venceu?

Se, por um lado, temos a história como reconstrução problemática do passado, que tem relação com poder e produz subjetividades; do outro, temos a memória, viva, múltipla, desacelerada, plural e espontânea. Ao tomarmos a concepção sobre a epidermização da inferioridade da pessoa negra, é preciso colocar essa pessoa como parte de um povo colonizado, entendendo este último como “todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural” (FANON, 2008, p. 34). Somos descendentes de um povo que foi traficada, arrancada de sua terra, privado de sua língua, cultura, originalidade e costumes. Portanto, estamos falando de um povo que foi desenraizado e a maioria dos laços com as tradições culturais diluídas, assimilando cultura e história do colonizador. Será essa a vitória do inimigo anunciada por Walter Benjamin (2012)?

Apesar de a escravidão ser legalmente abolida em 1888, as práticas continuaram com o auxílio do próprio governo (Cf.: LOBO, 2015, p. 121-232). Pessoas negras eram presas e suas certidões de óbito forjadas, de forma que, uma vez não fazendo parte das estatísticas eram enviados para as plantações onde ali eram escravizados ilegalmente. Um passado muito distante?

A matéria publicada no *site* da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (4 jun. 2021), denuncia que mais de 3 milhões de pessoas (brasileiros e brasileiras) não possuem nenhum documento de identificação civil, fazendo com que o acesso as políticas e serviços públicos fique impedido. Estamos falando de 3 milhões de pessoas que, estatisticamente, não existem. A reportagem traz o relato de Antônio Pedro, brasileiro de berço humilde, atualmente com 30 anos e que há pouco tempo conseguiu seus documentos de identificação pessoal. Não encontramos o recorte racial no *site* da Defensoria, mas é possível cruzar com os dados do



IBGE (2019) denunciando que das pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, 32,9% são negras. Para além dos direitos básicos como cidadão, podemos questionar em que condições laborais Antônio Pedro garantiu sua sobrevivência, até a presente dada.

É interessante comparar práticas passadas com as do presente. No pós-abolição, a burguesia se empenhou em construir uma imagem de um povo brasileiro pacífico, sem conflitos raciais e democrático racialmente. Evidentemente, existia uma questão econômica implicada. Não é possível ignorar uma linha de pensamento pró-branqueamento que acreditava na miscigenação como forma de “modernizar” o Brasil, alterando suas relações de mercado mediante projeto político-liberal (CARONE, 2016). Entretanto, não existia preocupação real com a vida da população preta e sim, sua extinção por meio das políticas imigrantistas. A ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, durante muito tempo, deturparam a visão de milhões de pessoas brasileiras, dificultando denúncias de racismo. De fato, legalmente falando, o racismo passou a ser crime depois da Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989,<sup>3</sup> cento e um anos após à abolição. Porém, ainda existem dificuldades de punir os culpados. Uma reportagem escrita no site da CUT (Central Única dos Trabalhadores), relata o caso de uma senhora de 64 anos que foi flagrada e filmada xingando de “negrada dos infernos”, João Barbosa dos Santos de 70 anos e seu filho Alcides Jesus Santos, de 39 anos. A denúncia foi registrada como injúria racial e a acusada liberada após pagar mil reais de fiança (PINTO, 5 ago. 2021).

Podemos hipotetizar que essas práticas recentes se dão pelo fato de o sistema judiciário ser composto, majoritariamente, por pessoas brancas de classe alta. É possível, também, pensar na permanência de um discurso harmônico racialmente, apesar das evidências mostrarem o contrário. No dia 17 de agosto de 2021, o site da Fundação Palmares divulgou edital para escolha de um novo logotipo. O símbolo atual é o desenho estilizado do machado de Xangô, que parece ter indícios de seu fim, sobre a gestão de Sergio Camargo. A página da instituição menciona que um dos critérios para o novo símbolo é uma imagem que represente o “povo brasileiro” (ASCOM, 17 ago. 2021.). Ou seja, o discurso de uma nação harmônica racialmente, ainda se faz presente nas entrelinhas.

Apesar do empenho em reproduzir essas falácias, a população preta continua a lutar e resistir no campo social, trazendo para o âmbito político memórias insubmissas e incômodos necessários. Não se esqueçam da imprensa negra paulista, entre os anos 1916-1966, que contribuiu para o rompimento do imaginário social com uma suposta inferioridade intelectual negra; a Frente Negra Brasileira na década de 1930 que contribuía politicamente para educação e entretenimento das pessoas pretas, além de denunciar o racismo daquela época; o TEN com oficinas profissionalizantes para atores e atrizes negros, cursos alfabetizantes e agenda pautada na educação política da população preta; a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), em 2000; a Lei n.º 10.639/2003 que torna obrigatório o

---

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes de preconceito de raça ou de cor. *Diário Oficial da União*, 6 jan. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em: 11 out. 2021.

ensino da história e cultura afro-brasileira; cotas sociais e raciais, garantidas pela Lei n.º 12.711/2012, entre outras conquistas, duramente alcançadas (GOMES, 2019, p. 18-32).

Esses pequenos recortes de resistência apontados aqui nos levam a questionar, mais uma vez, se a vitória do inimigo permanece intacta. Se durante e após a escravidão, os conflitos sempre estiveram presentes, independente do empenho em ocultá-los ou reproduzi-los sobre nova roupagem, é possível apostar em um passado que fecunda o presente, mesmo que lentamente.

## A potência da oralidade e o compartilhamento de experiências

Em “Sobre o conceito da História”, aprendemos que “articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo tal como ele foi. Significa apoderarmo-nos de uma recordação” (BENJAMIN, 2012, p. 11). Ou seja, não ceder ao domínio de uma memória histórica e buscar na experiência a transmissão do que foi vivido. Pensamos ser essa transmissão o aporte necessário para que o desenraizamento não aconteça por completo. Apostamos em uma memória viva que ao ser transmitida germina o futuro. Germinar, “é trazer a possibilidade de que, fecundado pelo passado, o presente possa criar a partir dele, e não tentar negar sua existência” (SIRELLI, 2014, p. 84).

Podemos pensar nos grupos em que as raízes foram minimamente mantidas, graças à transmissão oral que não se entrega a historicidade dominante. O trabalho realizado por Rios e Mattos (2005) no livro *Memórias do Cativo*, resgata o poder da narrativa na transmissão entre gerações. Dona Zeferina do Nascimento, entrevistada no dia 15 de maio de 1995, por Ana Maria Lugão Rios, rememora a narrativa de seus avós na época da escravidão. Na fala, encontramos aspectos do que foi a tática de alguns fazendeiros para manter os ex-escravos trabalhando nas fazendas, além das memórias de três gerações: cativos, ventre-livres e lideranças da comunidade.<sup>4</sup>

O quilombo de São José da Serra é uma fazenda localizada à 13 km do Distrito de Santa Isabel do Rio Preto, no Estado do Rio de Janeiro. O filho de Dona Zeferina, Antônio do Nascimento Fernandes, no ano de 2003 era o líder da comunidade. Em sua entrevista, narra que quando criança toda parte boa da comida era oferecida para convidados e pessoas de cor branca. Quando sua mãe assumiu o controle da dispensa, rompeu com essa regra e passou a alimentar, primeiro, as crianças. Segundo Antônio, mãe Zeferina passou a semear um novo costume de que as crianças da comunidade eram o futuro de São José da Serra e por essa razão, precisavam ser alimentadas primeiro.<sup>5</sup>

D. Zeferina é apontada como uma das guardiãs da memória coletiva de São José da Serra. Por memória coletiva entendemos aquela construída socialmente entre os grupos e

<sup>4</sup> Nas fontes audiovisuais, deste artigo, cf.: NASCIMENTO (1995).

<sup>5</sup> Nas fontes audiovisuais, deste artigo, cf.: FERNANDES (2003).

compartilhando de experiências (HALBWACHS, 2006). É preciso dar devida importância ao compartilhando das experiências, pois é ela que irá possibilitar a indispensável carga afetiva necessária na transmissão oral. Em "Experiência e Pobreza" (BENJAMIN, 2012, p. 83-90) somos alertados sobre o perigo da ausência de experiências partilháveis, pois coloca a elaboração desse passado a cargo da história, o que como já afirmamos anteriormente, tem relação com o poder e é a história do vencedor. Compartilhar experiências e as narrar é o que sustenta a memória viva no campo social, permitindo, inclusive, que o sentimento de negritude, pertencimento e continuidade, estejam presentes.

Quando jovem, Antônio do Nascimento Fernandes trabalhava junto com o pai e seguia a liderança tradicional deste. Em determinado dia, acompanhando seu pai na combinação de um trabalho para um fazendeiro, viu que o preço que estava sendo acordado não era suficiente (RIOS & MATTOS, 2005). Sendo o trabalho por empreitada, receberiam determinado valor e teriam que terminar o serviço, independente do tempo. O fazendeiro propôs um preço para a realização do trabalho e Antônio não considerou suficiente. Ao que o fazendeiro lhe disse para ficar quieto que o assunto era entre homens. Por fim, o preço ajustado foi inferior ao que Toninho sugeriu e como previsto pelo esperto rapaz, o dinheiro acabou antes do serviço finalizar. Rompendo com a lógica "submissa" do pai, Antônio foi encontrar o fazendeiro, alegando que ele e o pai estavam abandonando o serviço, pois estavam passando fome e o dinheiro pago pela empreitada não foi suficiente. O senhor insatisfeito pela falta de "palavra" do pai de Toninho, acordou de pagar o restante. Obviamente, o pai de nada sabia, pois seu filho foi até ele dizendo que o fazendeiro decidiu pagar mais. No dia acordado para receber o restante, o dono da terra pagou o dinheiro e se mostrou indignado com a falta de palavra do pai de Antônio. Este, por não saber o que estava acontecendo foi pedir explicações ao filho, que por sua vez, confessou a mentira. Com o dinheiro que sobrou, Toninho pediu que o pai lhe comprasse uma mala. Ao que pedido foi atendido, dando-lhe uma mala vermelha. "Com ela, deixou a comunidade para trabalhar na construção civil e depois ingressar no serviço militar, do qual foi reformado como sargento em 1979" (*Ibidem*, p. 287).

Apesar da transmissão dessas memórias por parte de sua mãe, Antônio foi, na realidade, influenciado afetivamente pelas memórias de seu avô paterno José Geraldo. Toninho conta que seu avô ficou cego na época de seu nascimento e não pode ver seu rosto, o que não o impediu de tê-lo "criado, procurando transmitir-lhe tudo o que sabia – inclusive muitos 'segredos do tempo do cativo'" (*Idem*). A mala vermelha de Toninho virou um símbolo da ruptura com a liderança do pai e o comando dos fazendeiros naquela época. Símbolo de atrevimento, potência e coragem. Ruptura com uma lógica de submissão que lhe permitiu construir uma identidade insubmissa que o fez seguir como "porta-voz autorizado das tradições do grupo" (*Idem*).

Quando sai da comunidade, não pretende abandoná-la e sim ajudá-la, pois leva consigo o compromisso com as memórias de seu falecido avô José Geraldo. Na transmissão dessas experiências, se a herança é acolhida "o herdeiro irá inserir novos elementos a essa herança e

irá passá-la ao seu modo, via perpetuação, mas também da transmissão de uma diferença” (SIRELLI, 2014, p. 92). Toninho, em sua liderança e narrativa, recusa o dia 13 de maio de 1888 como um grande feito. Apesar de ser um grande marco temporal, sustentado pela história oficial e ponto de separação entre tempo da escravidão e tempo da liberdade, ele reconhece que na realidade a princesa Isabel apenas assinou o que já havia acontecido. Conta da dificuldade em inserir o dia 20 de novembro nas comemorações da comunidade, mas que, seguindo o simbolismo da mala vermelha, conseguiu romper com a lógica da história oficial.

## **Resistências Germinadas: considerações finais**

Se o herdeiro aceita a memória e a transmite de uma diferença, podemos pensar na transformação dessa história oficial, quando essas memórias subterrâneas emergem. Aquilo que foi transmitido para D. Zeferina e o avô José Geraldo, que foi passado para Antônio, que por sua vez compartilhou com os alunos do laboratório de história oral da UFF, junto com as historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, foi em parte transformado no documentário intitulado *Jongos, Calangos e Folias*, que está aberto na internet para todos que desejam assistir (MATTOS & ABREU, 2007). Até a data de hoje, 13 de agosto de 2021, o documentário possui mais de vinte e nove mil visualizações. Número pouco representativo, se comparado a outras produções ausentes de riqueza histórica.

O passado, tal como a linearidade histórica nos mostra, não pode ser concebido como verdadeiro, pois ele continua se fazendo presente a cada instante que o documentário é assistido ou as narrativas escutadas no laboratório da UFF. A mala vermelha de Toninho pode ser encarada como ruptura com a historicidade oficial, sem perder as raízes de seu povo e consciência de sua negritude. Sustentamos que a narrativa tem um poder de criação potente entre gerações, pois se encontram mediante a experiência viva (BENJAMIN, 1987). Por esta razão, acreditamos que a transmissão da memória do cativo via oralidade, permitiu que aportes culturais e de pertencimento estivessem implicadas em suas subjetividades, dificultando a deturpação causada pelo mito da democracia racial ou ideologia do branqueamento. A narrativa:

Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. [...] Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram hermeticamente nas câmeras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas. (*Ibidem*, p. 204).

A mala vermelha de Toninho, sua insubmissão e desejo; as memórias de seu avô Jose Geraldo que germinaram sua potência; as *Memórias do Cativo* levadas adiante e os vinte e nove mil espectadores do documentário. Um passado que fecunda o presente e o futuro. Podemos ir além e pensarmos, inclusive, que a ruptura com essa historicidade que nos domina e aliena será fruto de outras malas vermelhas. Para tal, não precisa ser pessoa negra ou descendente de quilombola. “Se uma narrativa encontra um herdeiro, alguém que a leve

inscrita na carne e a transmite, aí está sua autenticação” (SIRELLI, 2014, p. 92). Cabe a nós, levarmos adiante na carne essas narrativas e insubmissões. Não para compreendê-las como passado, mas como “forças germinativas” capazes de transformar o presente e o futuro (*Ibidem*, p. 94). Nessa perspectiva, o passado nunca estará morto, pois seremos os guardiões desse legado, sempre germinando resistências para o tempo que estamos e o que virá. Portanto, ainda não existe vitória declarada. Continuamos a resistir e essa luta nunca será em vão.

## Referências

### Fontes Audiovisuais

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo da história única. *TED Talks. TEDGlobal*. Vídeo online (18min. 33s.). Publicada em: jul. 2009. Disponível em: [http://ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt](http://ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt). Acesso em: 2 out. 2019.

FERNANDES, Antônio Nascimento. História de vida. In: *Memória do cativo e identidade étnica (1888-1940)*. Rio de Janeiro: LABHOI/ICHF-UFF, 2003. MP3 (2h. 20min.). Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/arquivo-sonoro/item/3158>. Acesso em: 11 ago. 2021.

MATTOS, H.; ABREU, M. Jongos, Calangos e Folias: Música negra, memória e poesia. 2007. *YouTube*. (Site). Publicado em: 2014. Vídeo online (45min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=DB\\_AHH3xXYQ](https://www.youtube.com/watch?v=DB_AHH3xXYQ). Acesso em: 5 ago. 2021

NASCIMENTO, Zeferina. História de vida. In: *Memória do cativo e identidade étnica (1888-1940)*. Rio de Janeiro, LABHOI/ICHF-UFF, 1995. MP3 (1h. 30min.). Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/arquivo-sonoro/item/2995>. Acesso em: 11 ago. 2021.

### Legislação

BRASIL. Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes de preconceito de raça ou de cor. República Federal do Brasil, Diário Oficial da União, 06 de janeiro de 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em 11 out. 2021.

### Bibliografia

ASCOM. Lançamento para Edital: criação de novo logotipo e logomarca da FCP. *Palmares, Fundação Cultural*. Publicado em: 17 ago. 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=58727>. Acesso em: 11 out. 2021.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. E-book.

- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: O mito das classes perigosas*. Um estudo sobre violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro; Niterói, RJ: Oficina do Autor; Intertexto, 2001.
- COSTA, Jurandir. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: *Violência e Psicanálise*. São Paulo: Zagodonj, 2021.
- DEFENSORIA Pública Geral do Estado do Ceará. Invisível: prazer, uma pessoa sem registro civil. *Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará*. (Site). Publicado em: 4 jun. 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/invisivel-prazer-uma-pessoa-sem-registro-civil/>. Acesso em: 11 out. 2021.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREUD, Sigmund. *Introdução ao narcisismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a [1914].
- FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias à psicanálise. [1932-1936]. In: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro como ator político. In: *O movimento negro educador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Vol. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 10 out. 2021.
- LOBO, Lilia Ferreira. Corpo cativo e corpo assujeitado: as marcas da deficiência. In: *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial. In: *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993.
- PINTO, Walber. Se é crime inafiançável, por que é tão difícil punir o racismo com rigor no Brasil? *CUT*. (Site). Publicado em: 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/se-e-crime-inafiancavel-por-que-e-tao-dificil-punir-o-racismo-com-rigor-no-brasi-9ec8>. Acesso em: 11 out. 2021.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, André. *Rastros de resistência: histórias de luta e liberdade do povo negro*. São Paulo: Panda Books, 2020. Kindle.
- SIRELLI, Nilda. *O trabalho de luto e a potência do esquecimento*. 2014. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível

em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese43.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VIEIRA, Leandro. Mangueira 2019: História para ninar gente grande. *Mangueira*. (Site). Publicado em: 2019. Disponível em: <http://www.mangueira.com.br/noticia-detalhada/993>. Acesso em: 2 set. 2019.